

## EDITORIAL

A Revista *Novos Cadernos NAEA* traz ao público acadêmico o seu terceiro número do volume 25, do ano de 2022, com artigos que tematizam discussões e resultados de pesquisas em vários campos do conhecimento. Neste número, são apresentados dezesseis artigos, agregados em quatro grupos de textos, além de uma resenha.

O primeiro grupo reúne dois textos que trazem debates de autores originários de outros países. Em “Brasil, qual é o balanço econômico?”, Pierre Salama apresenta uma avaliação econômica da presidência de Bolsonaro e analisa o que chama de triângulo das incompatibilidades: desigualdade de renda pronunciada, reprimarização da economia e alto crescimento econômico e, acrescentando o meio ambiente, a quadratura impossível do círculo.

Em seguida, Albino José Eusébio, no artigo intitulado “Empresas, comunidades e conflitos: grandes projetos de mineração e conflitos ambientais em Moçambique”, reflete sobre a intensificação dos grandes projetos de mineração e a emergência dos conflitos ambientais em Moçambique.

No segundo grupo são agregados seis trabalhos que tangenciam debates referentes às seguintes temáticas: *Transição agroecológica e Assentamento rural*; *Povos indígenas e Gestão territorial*; *Conservação ambiental e Territórios tradicionais*; *Reflorestamento e monocultura*; *Extrativismo vegetal e Território quilombola*; e *Agricultura familiar e Comercialização*.

No artigo “Transição agroecológica: uma análise no Assentamento Alegria, zona rural de Teresina (PI)”, Amanda Meneses da Silva, Francielly Lopes da Silva e Márcia Leila de Castro Pereira analisam a transição agroecológica ocorrida no Assentamento Alegria, zona rural da capital Teresina (PI), e apontam os consequentes impactos da mudança para os agricultores, no manejo e na qualidade de vida dessa região.

Prosseguindo, Ronie Peterson Silvestre e Geysler Rogis Flor Bertolini, no trabalho “Estudos sobre gestão em comunidades indígenas: uma revisão da literatura”, descrevem o que tem sido pesquisado sobre gestão em comunidades indígenas.

Na sequência, o artigo “Conservação ambiental e territórios tradicionais: alguns apontamentos sobre estratégias adotadas para a gestão de vidas”, de Ana Beatriz Vianna Mendes e Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira, traz a reflexão sobre a estratégia de conservação ambiental, por meio da criação de Parques

nacionais, como parte integrante de uma política desenvolvimentista que se contrapõe à garantia de direitos de povos e comunidades tradicionais (PCTs).

Em “Expansão territorial da monocultura do eucalipto na Amazônia oriental”, Crislayne Azevedo Almeida e Ima Célia Guimarães Vieira analisam a expansão da cultura de eucalipto (*Eucalyptus* spp.) no leste da Amazônia, especificamente nos municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Rondon do Pará e Ulianópolis, no estado do Pará, aplicando o Índice de Monocultura (IM) como indicador de gestão territorial.

O texto “Tensionando o extrativismo vegetal em uma floresta pública: o termo de uso como instrumento de negociação”, de Luciana Gonçalves de Carvalho e Valentina Calado Pompermaier, oferece uma abordagem sobre a experiência de elaboração de um termo de uso que tenciona regularizar o extrativismo vegetal praticado pela comunidade quilombola do Ariramba na Floresta Estadual do Trombetas, permitindo conciliar a conservação ambiental com o uso sustentável de produtos florestais.

Fechando esse grupo de trabalhos, temos o artigo de Tainá Carvalho Pantoja e Fagner Freires de Sousa, denominado “A reinvenção da Feira Agroecológica e de Economia Solidária de Cametá/PA em meio à pandemia de Covid-19”, em que os autores analisam os desafios e as estratégias de comercialização dos agricultores da feira agroecológica no município de Cametá (PA) durante a pandemia de Covid-19.

O terceiro conjunto de artigos, por sua vez, traz quatro contribuições com debates que giram em torno de temáticas relativas a *Grandes projetos e Riscos tecnológicos*; *Política Nacional de Resíduos Sólidos e Consórcio intermunicipal*; *Uso da terra e Faxinais*; e *Resíduos sólidos e Ergonomia*.

O texto “*Sacrifício ambiental da Amazônia brasileira a partir do método DPSIR*”, de Érika Renata Pacheco Farias e Claudio Fabian Szlafsztein, identifica como acontece a configuração de uma zona de sacrifício e sua contextualização diante de cenário global e local, envolvendo os grandes projetos instalados sobre o território amazônico, responsáveis pelos riscos tecnológicos e a *sacrifício ambiental da região*.

Em “Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos como instrumento de consecução da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo município de Redenção-PA”, Gilmar Wanzeller Siqueira, Felipe Santana Mariz Nogueira e Fernanda Almeida de Barros investigaram se o instrumento do consórcio público é uma ferramenta adequada para a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) por parte do município de Redenção (PA), tendo em vista as obrigações estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Em seguida, no artigo intitulado “Mapa de uso da terra em dois faxinais do Centro-Sul no Paraná”, Vanderlei Marinheski objetiva entender a dinâmica em relação ao uso e ocupação do solo em dois faxinais do Paraná – Lageado de Baixo em Mallet e Lageado dos Mello em Rio Azul – e seus usos inadequados com a aptidão produtiva desses territórios.

Encerrando esse grupo de textos, Patricia Alexandre Evangelista e Vinicius Rainer Boniolo, no trabalho “Análises da Qualidade de Vida no Trabalho e Propostas de Adequação: Estudo de Caso na Associação de Materiais Recicláveis”, efetuam um levantamento e propõem melhorias na questão ergonômica e da segurança do trabalho em uma associação de catadores de recicláveis na cidade de Campina do Monte Alegre (SP), por meio da metodologia de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

O último grupo de trabalhos traz quatro textos que tratam de questões relativas à *Flexibilidade do trabalho e Econometria*; à *Privatização da Água e Parceria público-privada*; ao *IPTU verde e Desenvolvimento sustentável*; e aos *Tributos e Sustentabilidade*.

Em “Efeito magnético: a rotatividade do trabalho no setor de construção civil em Altamira-PA (2002-2019)”, Cleyton Alves Candeira Pimentel e Nírvia Ravena trazem a flexibilidade do trabalho como tema de debate no que tange à introdução dos chamados megaempreendimentos, em que a modernização do setor de transportes, a elevação de grandes infraestruturas e a rearticulação do setor produtivo redefiniram a temporalidade do mercado de trabalho local. Para isto, utilizam o conceito de rotatividade do trabalho como medida de análise do município impactado pelo grande empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, Altamira, do Estado do Pará.

Na sequência, Flávio José Rocha da Silva e Ana Paula Fracalanza, em “Privatizando sem privatizar: o caso de Empresas de Economia Mista e de Parcerias Público-Privadas nas empresas públicas de saneamento”, refletem sobre as formas de privatização da água respaldadas por novos mecanismos legais que fogem aos arranjos tradicionais de privatização das empresas públicas de saneamento.

No trabalho denominado “O IPTU Verde é um imposto sustentável? Uma reflexão crítica acerca da legislação de Belém/PA, Brasil”, Mozart Silveira nos oferece uma análise crítica acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) Verde.

Fechando esse grupo de artigos, temos “Tributos e ambiente: a extrafiscalidade como indutora de práticas sustentáveis”, de João Claudio Faria Machado, em que o autor analisou a extrafiscalidade tributária como instrumento de indução de comportamentos.

Ao final do número, trazemos a resenha de Leila de Moraes sobre o livro *Amazônia, uma década de esperança: como o Brasil controlou o desmatamento entre 2004 e 2014 e está pondo tudo a perder*, de João Paulo Ribeiro Capobianco, publicado pela editora Estação Liberdade, em 2021.

Os resultados de pesquisas divulgados nesta edição buscam contribuir para a ampliação do debate sobre as dinâmicas socioambientais, socioeconômicas e políticas na sociedade contemporânea, mantendo sua tradição interdisciplinar, em direção a reflexões que pensem processos de desenvolvimento, da problemática ambiental e de questões urbano-regionais, focos fundamentais da Revista Novos Cadernos NAEA.

Mirleide Chara Bahia  
Editora da Revista Novos Cadernos NAEA